

EXACERBAÇÕES PSICOSSOCIAIS E A DIALÉTICA DO SOFRIMENTO LABORAL NO NEOLIBERALISMO BRASILEIRO

*Gabriele Martinez Ró*¹

*Tassiana Santos*²

RESUMO

O presente artigo investiga como as condições impostas pelo modelo neoliberal de trabalho afetam a saúde mental dos trabalhadores no contexto brasileiro. Ao analisar as transformações nas relações de trabalho provocadas pela flexibilização, desregulamentação e precarização, discutimos como esses fatores aumentam a vulnerabilidade dos trabalhadores a transtornos mentais, como estresse, ansiedade e depressão. A lógica neoliberal intensifica a fragmentação social e individualiza o sucesso e o fracasso, desestruturando redes de apoio e promovendo o isolamento no ambiente laboral. Posto isso, observamos o impacto das plataformas digitais e do fenômeno da "uberização", que impõem uma dinâmica de trabalho sem vínculos e sem proteção social.

Palavras-chave: Trabalho, Saúde Mental, Neoliberalismo, Brasil.

ABSTRACT

This article investigates how the conditions imposed by the neoliberal work model affect the mental health of workers in the Brazilian context. By analyzing the transformations in work relations caused by flexibilization, deregulation and precariousness, we discuss how these factors increase workers' vulnerability to mental disorders, such as stress, anxiety and depression. Neoliberal logic intensifies social fragmentation and individualizes success and failure, disrupting support networks and promoting isolation in the workplace. That said, we observe the impact of digital platforms and the phenomenon of "uberization", which impose a work dynamic without ties and without social protection.

Keywords: Work, Mental Health, Neoliberalism, Brazil.

¹Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). E-mail: gabrieler066@gmail.com

²Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) e docente no Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves (UNIPTAN). E-mail: tassiana.santos@yahoo.com.br

*“[...] O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
– Garrafa, prato, facão –
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia[...].”*

“O Operário em Construção” — Vinicius de Moraes.

1. INTRODUÇÃO

O neoliberalismo é um modelo econômico e político que busca reduzir o papel do Estado na economia e enfatiza a liberdade de mercado, privatizações e desregulamentações, promovendo uma economia voltada para a competitividade e eficiência do setor privado (Harvey, 2005). Originado na década de 1970, o neoliberalismo se expandiu globalmente e foi adotado em diversas economias, incluindo o Brasil, especialmente a partir dos anos 1990 com as reformas implementadas nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Essas reformas introduziram privatizações de estatais, flexibilização das leis trabalhistas e abertura da economia ao mercado internacional (Bresser-Pereira, 1997).

Neoliberalismo é uma expressão derivada de liberalismo, doutrina de política econômica fundada no século XVIII e XIX que teve orientação básica na intervenção do Estado nas relações econômicas, garantindo total liberdade para que os grupos econômicos, proprietários dos meios de produção pudessem investir a seu modo seus bens. Na perspectiva liberal o Estado deixa de regular a relação entre empregador e trabalhador, entre patrão e empregado. Isso fatalmente conduz as relações de produção a uma situação de completa exploração da classe proprietária sobre a classe despossuída de recursos. (Santos, 2010).

No Brasil, o impacto do neoliberalismo sobre as políticas econômicas e trabalhistas tem sido profundo e controverso. Políticas neoliberais visam um mercado de trabalho mais flexível e menos regulamentado, o que se traduz em contratos temporários, terceirização e enfraquecimento das proteções trabalhistas tradicionais (Antunes, 2018). Tais mudanças, que visam aumentar a competitividade e reduzir os custos para as empresas, também afetam

diretamente a segurança e bem-estar dos trabalhadores, levando à precarização das condições de trabalho e à insegurança profissional.

A Reforma Trabalhista de 2017, por exemplo, é uma aplicação direta dos princípios neoliberais na legislação brasileira, promovendo a flexibilização das relações laborais e reduzindo direitos históricos dos trabalhadores. A adoção dessas práticas tem exacerbado problemas de saúde mental entre os trabalhadores, como o aumento da ansiedade, depressão e síndrome de burnout, pois eles enfrentam crescente pressão por produtividade e estabilidade em um cenário de empregos cada vez mais instáveis (Braga & Antunes, 2019).

A relevância da saúde mental no ambiente de trabalho é cada vez mais reconhecida devido ao impacto direto que o bem-estar psicológico dos trabalhadores tem na produtividade, no clima organizacional e na qualidade de vida pessoal. O ambiente de trabalho pode ser um fator de promoção de saúde mental, mas também de sofrimento psíquico, dependendo das condições e das demandas colocadas sobre os indivíduos (Dejours, 2004). Em um contexto onde o neoliberalismo intensifica a competitividade e a pressão por resultados, há uma tendência a sobrecarregar os trabalhadores, levando ao aumento de transtornos como a síndrome de burnout, depressão e ansiedade (Harvey, 2005; Antunes, 2018).

Analisar os efeitos do modelo neoliberal sobre os trabalhadores no Brasil é necessário para compreender como esse modelo afeta não só o indivíduo, mas também as dinâmicas de saúde pública, já que o aumento de transtornos mentais pode sobrecarregar o sistema de saúde e influenciar indicadores de produtividade nacional (Antunes, 2018). Compreender essa relação é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde e segurança no trabalho que protejam os trabalhadores e promovam um ambiente laboral mais saudável e menos opressor.

O presente artigo tem como objetivo geral revisar e sintetizar a literatura sobre o impacto do neoliberalismo na saúde mental dos trabalhadores brasileiros, investigando como o modelo econômico neoliberal influencia o bem-estar psíquico. Para isso, busca-se identificar os principais problemas de saúde mental relacionados ao trabalho nesse contexto, com destaque para transtornos como a síndrome de burnout, depressão e ansiedade, que têm crescido devido às pressões por produtividade e à precarização das condições de trabalho. Ademais, o artigo pretende analisar de que maneira as transformações nas relações laborais influenciam o equilíbrio psicológico dos trabalhadores, considerando como a insegurança e a flexibilização intensificam o sofrimento psíquico (Antunes, 2018; Braga & Antunes, 2019). Por fim, o estudo explora as recomendações presentes na literatura para mitigar esses impactos, buscando soluções para melhorar a saúde mental no ambiente de trabalho e discutir possíveis políticas de

proteção aos trabalhadores. Assim, o problema central que norteia este trabalho é: como as políticas neoliberais têm afetado a saúde mental dos trabalhadores no Brasil?

2. METODOLOGIA

Para desenvolver uma metodologia de revisão bibliográfica integrativa em uma pesquisa qualitativa sobre o impacto do neoliberalismo na saúde mental dos trabalhadores brasileiros, é necessário seguir um processo estruturado que permita a análise, a síntese e a interpretação de diversas fontes, proporcionando uma visão abrangente e crítica sobre o tema (Whittemore & Knafl, 2005). A revisão integrativa é um método que permite reunir estudos teóricos e empíricos sobre um fenômeno, além de possibilitar a inclusão de pesquisas com diferentes abordagens metodológicas, o que é fundamental para compreender um tema complexo e multifacetado como a saúde mental no contexto do trabalho neoliberal (Mendes, Silveira & Galvão, 2008).

A revisão integrativa em pesquisas qualitativas exige etapas de planejamento, coleta, análise e síntese dos dados (Souza, Silva & Carvalho, 2010). No planejamento, o pesquisador define o problema de pesquisa e os objetivos específicos da revisão, estabelecendo os critérios de inclusão e exclusão dos estudos. Para este trabalho, o problema de pesquisa se fundamenta na questão: "Como as políticas neoliberais têm afetado a saúde mental dos trabalhadores no Brasil?". Com base nisso, foram estabelecidos critérios de inclusão como a data de publicação (estudos dos últimos 15 anos), a abordagem temática (saúde mental, trabalho e neoliberalismo) e a relevância contextual (foco no Brasil). Esses critérios visam garantir a seleção de estudos que sejam pertinentes ao tema, considerando a atualidade e o contexto brasileiro (Sampaio & Mancini, 2007).

Na coleta de dados, a pesquisa é realizada em bases científicas como SciELO, PubMed e Google Scholar, utilizando descritores relacionados ao tema, como "neoliberalismo", "saúde mental", "trabalho" e "Brasil". Após a seleção inicial, os estudos são lidos integralmente para avaliar sua contribuição e relevância para os objetivos da pesquisa. Segundo Ganong (1987), a leitura crítica é essencial para identificar os principais resultados e metodologias de cada estudo, permitindo a exclusão de publicações que não atendam aos critérios de rigor científico e relevância temática. Além disso, a pesquisa qualitativa em revisões integrativas requer uma análise minuciosa do contexto dos estudos, o que significa avaliar as variáveis sociais e econômicas que influenciam a saúde mental dos trabalhadores em um contexto neoliberal (Minayo, 2006).

A análise e a síntese dos dados constituem etapas centrais da revisão integrativa, nas quais o pesquisador organiza as informações em categorias temáticas e identifica padrões ou divergências nos estudos analisados (Whittemore & Knafl, 2005). Nessa fase, os estudos selecionados são categorizados de acordo com os aspectos centrais do tema, como "precarização do trabalho", "transtornos mentais" e "políticas neoliberais", permitindo uma visão integrada e comparativa dos resultados. Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), a síntese dos dados em uma revisão integrativa deve ir além da simples descrição dos estudos, buscando construir uma análise crítica e reflexiva sobre o fenômeno em questão. Isso é particularmente importante em uma pesquisa qualitativa, pois o objetivo é interpretar como as políticas neoliberais impactam a subjetividade e o bem-estar dos trabalhadores brasileiros.

A última etapa do processo consiste em realizar uma interpretação crítica dos dados sintetizados, discutindo as implicações teóricas e práticas dos achados da revisão. Esse tipo de análise permite não apenas compreender as consequências das políticas neoliberais sobre a saúde mental no ambiente de trabalho, mas também identificar as lacunas na literatura e sugerir recomendações para pesquisas futuras. Mendes et al. (2008) enfatizam que a revisão integrativa permite ao pesquisador consolidar o conhecimento disponível e oferecer uma base sólida para o desenvolvimento de intervenções e políticas públicas que promovam a saúde mental dos trabalhadores. Nesse sentido, ao concluir o processo de revisão integrativa, este estudo pretende fornecer uma base para reflexões sobre políticas de proteção aos trabalhadores e iniciativas de promoção de ambientes de trabalho mais saudáveis no Brasil.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 O neoliberalismo e suas transformações nas relações laborais no Brasil

O avanço das políticas neoliberais no Brasil trouxe uma série de mudanças estruturais nas relações de trabalho, baseadas em três eixos principais: a desregulamentação, a privatização e a flexibilização dos direitos trabalhistas. Segundo Alvarenga e Santos (2020), o neoliberalismo promoveu a abertura econômica e a desregulamentação, facilitando a terceirização e a contratação por tempo parcial. A Reforma Trabalhista de 2017, aprovada sob o governo de Michel Temer, é um exemplo concreto desse movimento, ao flexibilizar contratos e reduzir a proteção social dos trabalhadores. Essa reforma visou modernizar a legislação trabalhista, adaptando-a às novas formas de trabalho. Entretanto, a flexibilização resultou na precarização do emprego e no aumento da informalidade. A inserção de novas tecnologias e a

digitalização do trabalho, impulsionadas pelo modelo neoliberal, ampliaram o uso de plataformas digitais, como *Uber* e *iFood*, que oferecem trabalho informal e sem garantias trabalhistas (Antunes, 2021).

A informalidade é uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro, mas foi ampliada pela competitividade internacional e pela introdução de medidas de flexibilização, como o aumento da terceirização e da autonomia empresarial sobre as contratações. Durante a pandemia de COVID-19, a informalidade ganhou novos contornos, com um crescimento das relações de trabalho baseadas em plataformas digitais, o que agravou as condições de precarização, incluindo baixos salários e ausência de direitos básicos, como seguro saúde e aposentadoria (Moscaleski et al., 2023; Abílio, 2019).

Com a adoção de medidas neoliberais, o mercado de trabalho brasileiro passou a sofrer com o aumento do desemprego estrutural e com a crescente informalidade. De acordo com Melo (2018), a desregulamentação das relações trabalhistas foi acompanhada pela automação e substituição de mão de obra em diversos setores, ampliando o desemprego e contribuindo para a desigualdade social.

A chamada “uberização” do trabalho tem transformado significativamente as relações laborais no Brasil, introduzindo novas formas de precarização e vulnerabilidade entre os trabalhadores. Para Melo (2018), essa modalidade, caracterizada pelo uso de plataformas digitais para intermediar a contratação de serviços, promove a flexibilização ao extremo, dispensando vínculos empregatícios e eliminando direitos trabalhistas básicos, como férias, 13º salário e licenças. A ausência de uma regulamentação formal faz com que os trabalhadores sejam remunerados por tarefa, sem garantia de estabilidade ou proteção social, o que contribui para um ambiente de insegurança financeira e de imprevisibilidade. O trabalho via aplicativos, como *Uber* e *iFood*, também estimula uma alta competitividade entre os trabalhadores, uma vez que a renda depende diretamente da quantidade de “corridas” ou “entregas”, o que leva muitos a jornadas extenuantes e a um quadro de desgaste físico e mental.

A uberização intensifica a informalidade no mercado de trabalho brasileiro, trazendo graves consequências para a saúde e o bem-estar dos trabalhadores. Almeida e Silva (2020) destacam que a natureza fragmentada e isolada do trabalho em plataformas enfraquece o poder de mobilização e dificulta a organização sindical, o que compromete as reivindicações por melhores condições de trabalho. Trabalhadores de aplicativos frequentemente lidam com condições arriscadas, como longas jornadas e pressões para se manterem conectados por muitas horas, em troca de uma remuneração variável e incerta. Como apontado por Antunes (2021), essa lógica de trabalho esgota o indivíduo, que se torna uma “peça” substituível em um mercado

digital competitivo e desregulamentado, sem garantias e amparo legal. Dessa forma, a uberização não apenas amplia a precariedade, mas também agrava a desigualdade social ao desvalorizar o trabalho humano em nome da produtividade e da eficiência digital.

É nesse cenário que buscamos entender as peculiaridades dos processos de subjetivação dos trabalhadores internamente ao trabalho uberizado, bem como as singularidades dos riscos psicossociais a que tais trabalhadores estão suscetíveis. (Gomes-Souza & Tramontano, 2024, p. 147).

Outrossim, diz respeito ao enfraquecimento da luta coletiva. Silva e Navarro (2007) destacam que a flexibilização das leis trabalhistas no Brasil levou ao enfraquecimento da negociação coletiva e ao aumento da precarização, especialmente entre trabalhadores jovens e menos qualificados. A terceirização, facilitada pela reforma de 2017, contribuiu para a redução de salários e para a precarização das condições de trabalho, conforme abordado por Delgado (2006), que enfatiza o impacto negativo dessas políticas na dignidade e na segurança dos trabalhadores.

As políticas neoliberais contribuíram para a ampliação das desigualdades sociais no Brasil. Segundo a análise de Pochmann (2008), o neoliberalismo acentuou a polarização no mercado de trabalho, criando uma divisão entre uma pequena elite altamente qualificada e uma massa de trabalhadores em ocupações precárias e de baixa remuneração. A globalização, associada ao neoliberalismo, acentuou a dependência econômica de países em desenvolvimento, como o Brasil, aos países desenvolvidos, limitando a capacidade de crescimento sustentável e inclusivo (Polanyi, 2000).

O impacto dessas transformações foi sentido também na estrutura sindical. Antunes (2006) observa que a fragmentação e a heterogeneização da classe trabalhadora, associadas à flexibilização das leis trabalhistas, enfraqueceram a capacidade de mobilização e organização sindical. Essa desarticulação contribuiu para a perda de poder de negociação e para a adoção de políticas menos favoráveis aos trabalhadores.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) aponta que, no segundo trimestre de 2023, 38,9 milhões de pessoas (40,4% da força de trabalho ocupada) estavam na informalidade. Este grupo inclui trabalhadores sem carteira assinada, autônomos sem CNPJ e empregados domésticos sem registro.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através do relatório sobre Mercado de Trabalho (2023), destaca que aproximadamente 23% dos trabalhadores brasileiros

estão em ocupações com remuneração abaixo de um salário mínimo e com vínculos instáveis, refletindo a precarização. Outro levantamento, também realizado pelo IPEA, indica que o número de trabalhadores de aplicativos, como motoristas e entregadores, aumentou em 750% entre 2016 e 2021. Essa modalidade é marcada pela falta de garantias trabalhistas e alta rotatividade.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) informou que o Brasil tem uma das maiores taxas de informalidade na América Latina. Cerca de 46% dos trabalhadores ocupados estavam em condições informais em 2022, com tendência de estabilização em níveis altos devido à pandemia e à ausência de regulamentação no trabalho de plataformas.

3.2 Reflexos neoliberais na saúde mental dos trabalhadores brasileiros

Segundo Mendes e Araújo (2019), a intensificação da carga de trabalho e a falta de estabilidade geraram um aumento nos casos de estresse e transtornos mentais. O conceito de "precarização" refere-se à perda de qualidade no trabalho e à diminuição das condições de proteção social. De acordo com Souza e Lima (2018), a desregulamentação das leis trabalhistas, como observado na Reforma Trabalhista de 2017, facilitou a expansão de empregos temporários e de curta duração, elevando os níveis de insegurança e instabilidade financeira. Essa precarização tem efeitos diretos na saúde mental, aumentando a prevalência de depressão, burnout e ansiedade entre os trabalhadores (Silva e Freitas, 2020).

Segundo Cambaúva e Silva Junior (2018) o neoliberalismo não só promove uma reestruturação das relações de trabalho, mas também reforça uma lógica de individualização da responsabilidade, o que agrava o sofrimento psicológico entre os trabalhadores. A intensificação da competitividade, a instabilidade e a insegurança no emprego, típicas desse modelo, são fatores que contribuem para o aumento de transtornos mentais como estresse, ansiedade e depressão.

Além disso, o enfraquecimento das redes de apoio e a falta de uma estrutura sólida de proteção social resultam em maior isolamento social e profissional, gerando um ciclo vicioso de sofrimento. Destacam também que a exaustão e o sofrimento mental se tornam processos naturais dentro desse sistema, levando os trabalhadores a uma constante luta pela sobrevivência no mercado de trabalho, com graves consequências para sua saúde mental.

Com a ascensão da economia de plataformas, um fenômeno impulsionado pelo modelo neoliberal, observou-se uma nova forma de precarização conhecida como "uberização". Essa modalidade de trabalho, caracterizada pela ausência de vínculo empregatício e de direitos

trabalhistas, afeta a saúde mental dos trabalhadores devido à instabilidade e ao trabalho exaustivo. Antunes (2021) destaca que a pressão constante para alcançar metas, somada à ausência de benefícios e segurança, resulta em altos níveis de estresse e esgotamento psíquico.

A saúde mental dos trabalhadores *uberizados* é frequentemente negligenciada, pois a flexibilização promovida pelo neoliberalismo transforma o sofrimento psíquico em uma questão individual, desconsiderando suas causas estruturais. Para Costa e Silva (2022), há uma tendência à medicalização do sofrimento, com aumento no uso de antidepressivos e ansiolíticos, em vez de políticas que enfrentem as causas sistêmicas do estresse e da ansiedade laboral.

A Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos, é um exemplo de como as políticas neoliberais reduziram o acesso a serviços essenciais de saúde, incluindo a saúde mental. Segundo Oliveira e Campos (2019), a redução do financiamento ao Sistema Único de Saúde (SUS) resultou em menor acesso a serviços de psicologia e psiquiatria, agravando a situação de trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

Com a redução do financiamento ao Sistema Único de Saúde (SUS), observa-se uma significativa restrição no acesso a serviços essenciais de psicologia e psiquiatria, o que agrava a situação de trabalhadores em condição de vulnerabilidade, tornando-os mais suscetíveis a transtornos mentais sem o suporte necessário para enfrentá-los. (Oliveira & Campos, 2019, p. 245).

A retirada de investimentos em políticas de saúde mental reflete a lógica neoliberal de privatização e individualização dos problemas sociais. Como apontam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo constrói uma racionalidade de competitividade, que pressiona os indivíduos a serem responsáveis por seu sucesso ou fracasso. Essa visão amplifica o sofrimento psíquico, pois os trabalhadores internalizam a culpa pelas dificuldades enfrentadas, exacerbando sentimentos de culpa e frustração.

A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), aponta que o Brasil apresenta índices alarmantes de transtornos mentais relacionados ao trabalho: cerca de 30% dos trabalhadores apresentam sintomas de burnout, enquanto a ansiedade afeta 9,3% da população e a depressão, 5,8% — números superiores à média global (ABP, 2022). Esses dados corroboram a afirmação de Souza e Anunciação (2020) de que a intensificação do trabalho e a fragilidade dos vínculos contratuais geram um cenário de insegurança emocional e precarização subjetiva.

A uberização do trabalho, representada principalmente por motoristas e entregadores de aplicativos, ilustra como o neoliberalismo intensifica o sofrimento psíquico. Esses trabalhadores, frequentemente classificados como "autônomos", enfrentam jornadas extenuantes, ausência de proteção social e remuneração instável. De acordo com o Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve um aumento de 750% no número de trabalhadores em plataformas digitais entre 2016 e 2021, refletindo a expansão de um modelo que transfere os riscos econômicos para o trabalhador (IPEA, 2023).

Além disso, a lógica da hiperprodutividade e do individualismo, características centrais do neoliberalismo, promove uma competição acirrada, muitas vezes à custa da saúde mental. Como destaca Sticca (2020), os trabalhadores são constantemente pressionados a performar em níveis sobre-humanos, o que resulta em esgotamento emocional e físico. Essas condições agravam o isolamento e reduzem a possibilidade de suporte coletivo, contribuindo para o aumento de casos de ansiedade e depressão.

A informalidade, que afeta 40,4% da força de trabalho brasileira, segundo o IBGE (2023), atinge principalmente trabalhadores de baixa escolaridade e residentes em áreas rurais, estão mais expostos a jornadas imprevisíveis e à falta de segurança econômica, o que intensifica os efeitos deletérios na saúde mental. Para Dunker (2021), a depressão e a ansiedade tornam-se comuns em contextos onde o trabalho é visto como mercadoria descartável e os indivíduos são forçados a navegar em mercados instáveis e desregulados.

Assim, o panorama da saúde mental no Brasil evidencia os impactos do modelo neoliberal, que não só precariza as condições de trabalho, mas também compromete a qualidade de vida dos trabalhadores. Essa realidade exige políticas públicas que priorizem a proteção social, a regulamentação de novas modalidades de trabalho e o fortalecimento de redes de apoio à saúde mental.

3.3 Estratégias de enfrentamento e políticas de regulamentação trabalhista e promoção da saúde mental

Diante desse cenário, estratégias individuais e coletivas podem ser empregadas para mitigar os impactos na saúde mental. No nível individual, a adoção de práticas de autocuidado, como *mindfulness* e técnicas de gerenciamento de estresse, tem se mostrado eficaz na redução dos sintomas de ansiedade e depressão (Fogaça et al., 2021). No entanto, essas abordagens, por si só, são insuficientes para enfrentar os determinantes estruturais da questão.

A ênfase exclusiva em estratégias individuais pode ser contraproducente ao transferir a responsabilidade dos impactos estruturais para o indivíduo, perpetuando a narrativa neoliberal de autossuficiência e meritocracia (Braga et al., 2021).

Em um nível coletivo, a organização sindical e a mobilização social são estratégias

cruciais. Movimentos trabalhistas desempenham um papel fundamental na luta por condições de trabalho dignas, na preservação dos direitos laborais e na garantia de uma rede de proteção social. Ações como campanhas de conscientização sobre saúde mental no ambiente de trabalho e programas de suporte psicológico coletivo também se mostram relevantes (Antunes, 2018). Movimentos sindicais que lutam por direitos trabalhistas, salários justos e melhores condições de trabalho ajudam a reduzir os impactos negativos do neoliberalismo (Antunes & Alves, 2020). A mobilização para pressionar empregadores e governos a cumprir normas de segurança e saúde é uma estratégia comprovada para enfrentar a precarização do trabalho.

Outra medida importante é a regulação mais rigorosa das condições de trabalho e a fiscalização efetiva das normas de saúde e segurança. Além disso, a reversão de políticas neoliberais que enfraqueceram os direitos trabalhistas, como a Reforma Trabalhista de 2017, pode contribuir para a proteção da saúde mental dos trabalhadores (Braga et al., 2021).

As políticas públicas têm papel central no enfrentamento dos efeitos do neoliberalismo sobre a saúde mental dos trabalhadores. Primeiramente, é essencial a implementação de políticas que promovam a segurança no trabalho e combatam a informalidade, garantindo condições dignas e previsíveis de emprego. Programas de saúde mental integrados ao Sistema Único de Saúde (SUS) também são indispensáveis. Uma política prioritária é o fortalecimento do SUS, com especial atenção à expansão e financiamento adequado dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Essas unidades têm um papel central no atendimento à saúde mental, mas sua eficácia é limitada pelo subfinanciamento e pela insuficiência de profissionais qualificados. Políticas que garantam a descentralização e a ampliação desses serviços são essenciais (Pinto et al., 2023).

A fiscalização rigorosa das condições de trabalho deve ser reforçada por meio de políticas que aumentem a capacidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para identificar e punir práticas abusivas. Além disso, a criação de incentivos fiscais para empresas que promovem práticas laborais humanizadas e priorizam a saúde mental de seus funcionários pode encorajar mudanças estruturais (Braga et al., 2021).

As reformas neoliberais que precarizaram o trabalho, como a Reforma Trabalhista de 2017, devem ser revistas. Políticas que restitua direitos trabalhistas, aumentem a proteção dos trabalhadores informais e regulem os contratos de trabalho intermitente podem reduzir os impactos da insegurança laboral na saúde mental (Pinto & Barreto, 2022).

Incluir a temática da saúde mental no trabalho em currículos educacionais e programas de formação profissional é essencial para sensibilizar as próximas gerações de empregadores e trabalhadores. Políticas públicas que incentivem a educação continuada e promovam o diálogo

aberto sobre saúde mental podem reduzir o estigma associado ao tema (Fogaça et al., 2021).

Por fim, o incentivo à participação democrática dos trabalhadores na formulação de políticas públicas pode assegurar que suas demandas sejam ouvidas e atendidas. Conselhos de trabalhadores e fóruns de diálogo social são exemplos de ferramentas que podem ser fortalecidas para promover soluções coletivas e sustentáveis (Antunes & Alves, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço das políticas neoliberais no Brasil trouxe mudanças significativas às relações de trabalho, refletidas em três eixos principais: desregulamentação, privatização e flexibilização. Essas transformações, que prometiam modernizar o mercado de trabalho, resultaram, na prática, em precarização, aumento da informalidade e agravamento das desigualdades sociais. A partir de uma análise crítica dos dados sintetizados, foi possível constatar que as reformas neoliberais não apenas reconfiguraram o mercado de trabalho, mas também comprometeram a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores brasileiros.

A flexibilização das leis trabalhistas, exemplificada pela Reforma Trabalhista de 2017, ampliou formas atípicas de contratação, como o trabalho intermitente e a terceirização. Esses modelos, ao reduzir a proteção social, fomentaram um ambiente de insegurança econômica e instabilidade. A inserção de novas tecnologias, por sua vez, impulsionou o fenômeno da "uberização", caracterizado por jornadas extenuantes, baixa remuneração e ausência de garantias trabalhistas. Como consequência, observou-se um aumento expressivo na informalidade: segundo dados do IBGE de 2023, cerca de 40,4% da força de trabalho brasileira atua em condições informais.

Esse cenário de precarização tem reflexos diretos na saúde mental dos trabalhadores. A intensificação da competitividade, a instabilidade nos vínculos empregatícios e as jornadas excessivas contribuem para o crescimento de transtornos como ansiedade, burnout e depressão. O trabalho, que historicamente fornecia um sentido de pertencimento, transformou-se em uma fonte de sofrimento psíquico, exacerbado pela lógica neoliberal que individualiza responsabilidades e ignora causas estruturais. Em muitos casos, os trabalhadores internalizam a culpa por suas condições, perpetuando um ciclo de isolamento e esgotamento emocional.

A "uberização" do trabalho é um exemplo paradigmático desse modelo. Motoristas e entregadores, classificados como "autônomos", enfrentam jornadas imprevisíveis e são remunerados por tarefa, sem direitos básicos. Essa modalidade não só fragiliza o trabalhador economicamente, mas também dificulta a mobilização coletiva e a organização sindical,

fundamentais para a conquista de melhores condições laborais. Além disso, a pressão por hiperprodutividade intensifica a insegurança e o estresse, levando a altos índices de transtornos mentais.

À vista disso, é necessário repensar as políticas públicas e as estratégias de enfrentamento. Revisar legislações como a Reforma Trabalhista de 2017 e regulamentar o trabalho em plataformas digitais são passos fundamentais para garantir direitos mínimos aos trabalhadores e combater a informalidade. Paralelamente, é essencial fortalecer o SUS e ampliar os serviços de saúde mental, integrando programas específicos para atender trabalhadores em condições precárias. Diante o exposto, é fundamental que o Estado assuma um papel ativo na regulamentação das novas modalidades de trabalho e no enfrentamento das desigualdades sociais. Somente com políticas públicas inclusivas, financiamento adequado e diálogo social será possível reverter os impactos negativos do neoliberalismo e promover um mercado de trabalho menos injusto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Daniel Júnior Rodrigues; SANTOS, Hazel Ena Socorro. Neoliberalismo e seus Impactos no Direito do Trabalho. **Revista Científica Doctum Direito**, v. 1, n. 6, 2020. Disponível em: [<https://revista.doctum.edu.br/index.php/DIR/article/view/352/293>]. Acesso em: 16 jun. 2024.

ANTUNES, Ricardo LC. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. In: **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 2008. p. 212-212. Disponível em: [<https://cesarmangolin.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/02/antunes-adeus-ao-trabalho.pdf>]. Acesso em: 02 mai. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. Boitempo editorial, 2018. Disponível em: [<https://nestpoa.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/09/ra-ps.pdf>]. Acesso em: 27 jul. 2024.

Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). 2022. **Relatório sobre saúde mental no Brasil**. Disponível em: [<https://www.abp.org.br/search-results-page/sa%C3%BAde%20mental%20no%20brasil>]. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz. **Cadernos MARE da Reforma do Estado**. Brasília – DF.: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. p. (7) – (52). Disponível em: [<https://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno01.pdf>]. Acesso em: 16 out. 2024.

CAMBAÚVA, Lenita Gama; SILVA JUNIOR, Mauricio Cardoso da. Depressão e neoliberalismo: constituição da saúde mental na atualidade. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 25, p. 526-535, 2005. Disponível em: [<https://www.scielo.br/j/pcp/a/cnj5w3mdgrrRBSHqdc9FF/>]. Acesso em: 18 jan. 2024.

QUEIROZ, Felipe. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 2018. Disponível em: [<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/xxsVpyd63D47tnb9ncmJJLy/>]. Acesso em: 16 abr. 2024.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. In: **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 1988. p. 163-163.
DUNKER, Christian. Pequena história da Depressão no Brasil. In: DUNKER, Christian. **Uma biografia da depressão**. São Paulo: Planeta do Brasil LTDA, 2021.

GÓES, Geraldo., FIRMINO, Antony, MARTINS, Felipe. (2023). **A economia gig no Brasil**. Publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: [<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/10/a-gig-economy-no-brasil/>]. Acesso em: 08 ago. 2024.

GOMES-SOUZA, Ronaldo; TRAMONTANO, Marcelo Claudio. **Subjetivação e riscos psicossociais da uberização do trabalho nas dinâmicas territoriais**. Cadernos Metrôpole,

São Paulo, v. 26, n. 59, p. 143-167, jan./abr. 2024. Disponível em:
[<https://www.scielo.br/j/cm/a/tsmd33dT7yM3WgqW8YzXqQC/#>]. Acesso em: 13 jun. 2024.
HARVEY, David. O neoliberalismo. **História e implicações**. São Paulo: Loyola, p. 172-178, 2008. Acesso em: 05 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA - PNAD CONTÍNUA**.

2020. Disponível

em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2020/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2020.pdf]. Acesso em: 10 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Informalidade**. 2023. Disponível

em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2023/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2023.pdf]. Acesso em: 16 ago. 2024.

SILVA, Sandro Pereira; LAMEIRAS, Maria Andreia Parente; CARVALHO, Sandro Sacchet de; RAMOS, Lauro Roberto Albrecht; FERNANDES, Leo Veríssimo. **Conjuntura do mercado de trabalho no Brasil: análise dos dados até o primeiro trimestre de 2023**. Brasília, DF: Ipea, set. 2023. 28 p. (Disoc : Nota Técnica, 108). Acesso em: 08 set. 2024.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 17, p. 758-764, 2008. Acesso em: 11 set. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. In: **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 1992. p. 269-269. Acesso em: 25 abr. 2024.

DE MORAES, Vinícius. **Poemas, sonetos e baladas e Pátria minha**. Editora Companhia das Letras, 2013.

POCHMANN, Márcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. Boitempo Editorial, 2015. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/262654088_O_emprego_no_desenvolvimento_da_nacao#fullTextFileContent]. Acesso em: 11 ago. 2024.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Elsevier Brasil, 2013. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/262942/mod_resource/content/2/A_grande_transfor_mac%CC%A7ao_as_origens_de_nossa_epoca_Polanyi.pdf]. Acesso em: 21 jan. 2024

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 11, p. 83-89, 2007. Disponível em:

[<https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vvk3syHhnSgY7VsB6jG/?la>]. Acesso em: 06 jun. 2024.

SANTOS, Sebastião Luiz Oliveira dos. **As políticas educacionais e a reforma do Estado no Brasil**. 2010, 122 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói/ RJ. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFF-2_3cc4312fa204c3150df0e5f21fc2755c]. Acesso em: 12 jun. 2024.

SOUZA, Anunciação. **Narrativas de sofrimento no trabalho: a precarização em tempos de neoliberalismo**. 2020. Revista Serviço Social & Sociedade, 142, 336-351.

STICCA, Marina Greggi. **Síndrome de burnout está cada vez mais presente na vida dos brasileiros**. 10 jan. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=264699>. Acesso em: 12 jul. 2024.